

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Projecto Experimental II .....	BQ	Semestral .....	168	PL: 60; OT: 30	6	N Optativa. Optativa. Optativa.
Opção Grupo VI .....		Semestral .....	168		6	
Opção Grupo VI .....		Semestral .....	168		6	
Opção Grupo VI .....		Semestral .....	168		6	

QUADRO N.º 14

## Grupo de disciplinas Opção VI

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Bioinformática .....	INF	Semestral .....	168	T: 30; TP: 22,5; OT: 30	6	DEN; CH
Biociências Moleculares .....	BQ	Semestral .....	168	T: 30; TP: 22,5; OT: 30	6	
Engenharia Genética .....	BIO	Semestral .....	168	T: 30; PL: 45; OT: 30	6	
Biologia do Desenvolvimento Animal .....	BIO	Semestral .....	168	T: 45; PL: 30; OT: 15	6	
Biocorrosão .....	BQ	Semestral .....	168	T: 30; PL: 45; OT: 30	6	
Processos Bioquímicos .....	ENG	Semestral .....	168	T: 30; TP: 15; PL: 30; OT: 30	6	
Fenómenos de Transferência em Sistemas Biológicos .....	ENG	Semestral .....	168	T: 30; PL: 45; OT: 30	6	
Métodos Avançados em Fisiologia Celular .....	BIO	Semestral .....	168	T: 30; PL: 45; OT: 30	6	
Unidade(s) curricular(es) de qualquer área científica	OUT	Semestral .....	168		6	

QUADRO N.º 15

## 2.º ano

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
Estágio/Dissertação .....	BQ	Anual .....	1680	OT: 60	60	

## Notas

Todos os grupos opcionais poderão incluir ainda outras unidades curriculares de qualquer área científica, a fixar anualmente pelo Conselho Científico da FCUL, sob proposta do Departamento responsável.

N: nova; D: deslocada de ano ou semestre; DEN: denominação alterada; CH: alteração das horas de contacto; CR: alteração do número de créditos.

204817868

## UNIVERSIDADE DO MINHO

## Reitoria

## Edital n.º 635/2011

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, Professor Catedrático e Reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de 1 (um) posto de trabalho de Professor Catedrático na área disciplinar de Ciências Jurídicas Políticas da Escola de Direito, desta Universidade.

O presente concurso, aberto por despacho de 1 de Junho de 2011, do Reitor da Universidade do Minho, rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores da Carreira Docente Universitária na Universidade do Minho, adiante designado por Regulamento, aprovado por despacho reitoral n.º 17945/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de Novembro de 2010.

## 1 — Requisitos de admissão

Constitui requisito de admissão ao concurso, em conformidade com o que determina o artigo 40.º do ECDU: ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos e ser detentor do título de agregado.

## 2 — Formalização das candidaturas

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Minho, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- Identificação do concurso;
- Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal electrónico;
- Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

## 2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- Dois exemplares em papel do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, e um exemplar em formato digital do referido *curriculum*;
- Dois exemplares dos trabalhos seleccionados pelo candidato como mais representativos, sendo um em papel e outro em formato digital; não estando disponível o formato digital, este poderá ser substituído

pela entrega em papel de um número de exemplares correspondente ao número de membros do júri;

c) Certificado que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau de doutor e do título de agregado exigidos para o concurso;

d) Fotocópia do bilhete de identidade;

e) Certificado do registo criminal;

f) Atestado comprovativo da robustez física e do perfil psíquico, indispensáveis ao exercício das funções;

g) Boletim de vacinação obrigatória actualizado.

2.3 — Os documentos a que aludem as alíneas e) a g) do número anterior podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o candidato deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

2.4 — Os candidatos pertencentes à Universidade do Minho ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

2.5 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do n.º 2.2 deste edital, de entrega obrigatória, determinam a exclusão da candidatura.

2.6 — O requerimento e os restantes documentos de candidatura poderão ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, pessoalmente ou através de correio registado, na Divisão Académica da Reitoria da Universidade do Minho, no 3.º andar do Complexo Pedagógico II do *Campus de Gualtar*, Braga (C.P. 4710-057 Braga).

3 — Júri do concurso

3.1 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Reitor da Universidade do Minho

Vogais:

Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor José Carlos Vieira de Andrade, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor Jorge Manuel Moura Loureiro Miranda, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Jorge Bacelar Gouveia, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Jorge António Pueyo Losa, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela.

3.2 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

4 — Admissão e exclusão de candidaturas

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, processam-se em conformidade com o previsto no artigo 26.º do Regulamento.

5 — Método e critérios de selecção

5.1 — O método de selecção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar o desempenho científico, a capacidade pedagógica e o desempenho noutras actividades relevantes para a missão da Universidade.

5.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios, de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso:

a) O desempenho científico do candidato;

b) A capacidade pedagógica do candidato;

c) Outras actividades relevantes para a missão da Universidade que hajam sido desenvolvidas pelo candidato.

5.3 — Aos critérios enunciados no número anterior são atribuídos os seguintes factores de ponderação:

a) Desempenho científico: 40 %;

b) Capacidade pedagógica: 30 %;

c) Outras actividades relevantes: 30 %.

6 — Parâmetros de avaliação

Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros:

a) Desempenho científico: produção científica; reconhecimento pela comunidade e sociedade em geral, designadamente o reconhecimento que é dado às publicações pela comunidade científica traduzido, de um modo especial, na qualidade dos locais de publicação e nas referências

que lhes são feitas pela doutrina e jurisprudência e na avaliação da capacidade de intervenção na comunidade científica expressa, nomeadamente, através da intervenção activa em eventos científicos (palestras, seminários, colóquios, conferências, sessão de estudo, cursos breves, entre outros); coordenação e participação em projectos científicos e de criação cultural; coordenação, liderança e dinamização da actividade de investigação, designadamente participação em centros de investigação e revistas científicas;

b) Capacidade pedagógica: actividades lectivas em instituições de ensino superior; desempenho pedagógico; inovação e valorização pedagógicas; produção de material pedagógico; coordenação e participação em projectos pedagógicos; acompanhamento e orientação de estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento;

c) Outras actividades relevantes: prestação de serviços à comunidade científica e educacional e à sociedade em geral; acções e publicações de divulgação científica; actividades de avaliação de natureza académica, no âmbito de provas e concursos académicos, profissionais e científicos; participação em actividades de gestão em instituições de ensino superior ou de investigação, associações e sociedades científicas relevantes ou outras entidades de carácter científico ou cultural que desenvolvam actividades no âmbito da missão das anteriores; participação em actividades oficiais académicas de cooperação institucional, nacional e internacional.

7 — Avaliação e selecção

7.1 — Finda a fase de admissão ao concurso, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios e os parâmetros constantes do presente edital.

7.2 — O júri delibera sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na área disciplinar do concurso e tendo ainda em conta o cumprimento do seguinte requisito específico: apresentação pelo candidato de, pelo menos, dez publicações científicas nessa área.

7.3 — No caso de não aprovação em mérito absoluto, o júri procede à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido nos números 3 a 7 do artigo 26.º do Regulamento.

7.4 — O júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os factores de ponderação, constantes do presente edital.

7.5 — A classificação final dos candidatos é expressa na escala numérica de 0 a 100.

8 — Documentação complementar

Sempre que considere necessário, o júri solicita aos candidatos documentação complementar relacionada com o *curriculum vitae* apresentado, nos termos e condições previstos no artigo 28.º do Regulamento.

9 — Ordenação e metodologia de votação

9.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes factores de ponderação constantes do presente edital.

9.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à acta, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

9.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

9.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação final dos candidatos:

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação. No caso de ter havido empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado, e houver pelo menos um que não ficou nessa posição, faz-se uma votação apenas sobre esses candidatos que ficaram em último, para os desempatar. Se nesta votação restrita o empate persistir em relação ao mesmo conjunto de elementos, o Presidente do júri decide qual o candidato a eliminar. Se o empate persistir, mas em relação a um conjunto diferente de candidatos, repete-se, nesse caso, o processo de desempate. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. Retirado esse candidato, repete-se todo o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos admitidos.

10 — Participação dos interessados e decisão

10.1 — O projecto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 26.º do Regulamento.

10.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

11 — Prazo de decisão final

11.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final do júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas.

11.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e ou a especial complexidade do concurso o justifique.

12 — Publicação do edital do concurso

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na bolsa de emprego público;
- b) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da internet da Universidade do Minho, nas línguas portuguesa e inglesa.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 de Junho de 2011. — O Reitor, *António Augusto Magalhães da Cunha*.

204822702

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Louvor n.º 838/2011

O Professor Carlos Ferreira de Almeida, Catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, exerceu o cargo de Provedor do Estudante desta Universidade entre Dezembro de 2008 e Junho de 2011. Cumpre aqui recordar o vasto e excelente currículo universitário do Professor Carlos Ferreira de Almeida ao serviço da Nova, contudo, neste momento cabe-me louvar o seu desempenho enquanto Provedor do Estudante cargo que exerceu, como é seu apanágio, com competência, dedicação e sentido de responsabilidade.

Por todas estas razões exposto ao Professor Carlos Ferreira de Almeida a minha gratidão pessoal e o reconhecimento de toda a Universidade Nova de Lisboa.

14 de Junho de 2011. — O Reitor, *Prof. Doutor António Bensabat Rendas*.

204798955

## INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA

Despacho n.º 8764/2011

Ao abrigo do disposto nos artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, que prevê, nos artigos 75.º e 76.º, que a aprovação das alterações dos planos de estudos e outros elementos caracterizadores de um ciclo de estudos, que não modifiquem os seus objectivos, cabe aos órgãos legal e estatutariamente competentes dos estabelecimentos de ensino superior, foram aprovados pelo órgão legal e estatutariamente competente, o Conselho Técnico Científico do IPBeja em 2 de Março de 2011, as alterações aos planos de estudos dos ciclos conducentes aos graus de Licenciatura.

Foi dado cumprimento à comunicação prévia da alteração do plano de estudos, que a seguir se publica, à Direcção-Geral do Ensino Superior em 17 de Junho de 2011.

Assim, determina o Presidente do Instituto Politécnico de Beja, que se proceda, em cumprimento com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, à publicação

dos anexos da estrutura curricular e dos planos de estudo dos cursos da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Beja, com as respectivas alterações que lhes foram introduzidas.

### Escola Superior de Educação

#### ANEXO I

- 1 — Estabelecimento de ensino: Instituto Politécnico de Beja
- 2 — Curso: Educação Básica
- 3 — Grau ou diploma: Licenciatura
- 4 — Área científica predominante do curso: 143 — Formação de educadores de infância 144 — Formação de professores do ensino básico (1º e 2º ciclo)
- 5 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do diploma: 180
- 6 — Duração normal do curso: 3 Anos: 6 semestres
- 7 — Áreas Científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma: 2. Unidade orgânica: Escola Superior de Educação

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências da Educação . . . . .	142	25	—
Formação de Professores e Formadores de Áreas Tecnológicas . . . . .	146	32	—
Línguas e Literaturas Estrangeiras . . . . .	222	2	—
Língua e Literatura Materna . . . . .	223	30	—
História e Arqueologia . . . . .	225	6	—
Sociologia e outros estudos . . . . .	312	4	—
Biologia e Bioquímica . . . . .	421	6	—
Física e Química . . . . .	441/442	6	—
Ciências do Ambiente . . . . .	422	4	—
Ciências da Terra . . . . .	443	5	—
Matemática . . . . .	461	24	—
Estatística . . . . .	462	6	—
Formação Educadores de Infância/Formação de Professores do Ensino Básico (1º e 2º Ciclos) . . . . .	143/144	30	—
<i>Total</i> . . . . .		180	

No sentido de uma maior clarificação, e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 43/2007 de 22 de Fevereiro de 2007, apresenta-se no Quadro n.º 2 a distribuição dos créditos por Componentes de Formação.

QUADRO N.º 2

Componentes de formação	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Didáticas Específicas . . . . .	DE	17	—
Formação nas Áreas da Docência — Ensino do Meio . . . . .	FAD-EM	31	—
Formação nas Áreas da Docência — Expressões . . . . .	FAD-EXP	32	—
Formação nas Áreas da Docência — Matemática . . . . .	FAD-MAT	30	—
Formação nas Áreas da Docência — Português . . . . .	FAD-POR	30	—
Formação Cultural, Social e Ética . . . . .	FCSE	6	—
Formação Educacional Geral . . . . .	FEG	17	—
Formação em Metodologias de Investigação Educacional . . . . .	FMIE	2	—
Iniciação à Prática Profissional . . . . .	IPP	15	—
<i>Total</i> . . . . .		180	